



Trabalhos Científicos

Título: Conhecimento De Médicos Pediatras Sobre Violência Sexual Na Infância

Autores: ALFREDO BEZERRA (ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA); HENRIQUE MATOS (ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA); ÁDILARIOS (ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA); ANDRESSA BORGES (ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA); VIVIANE ANDRADE (ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA); RENATA EL FAHL (ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA); ANA GRAZIELA DIAS PORPINO (HOSPITAL GERAL ROBERTO SANTOS); DILTON MENDONÇA (ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA)

Resumo: OBJETIVO: Descrever o conhecimento de médicos sobre a conduta em casos de violência sexual na infância. MÉTODO: Estudo descritivo no qual participaram 27 médicos pediatras, incluindo residentes, em uma unidade de emergência de um hospital público na Bahia. Foram utilizadas perguntas contidas em um questionário com dados do perfil profissional e sobre violência sexual. Análise realizada utilizando o programa SPSS 21.0. RESULTADOS: Dos 27 entrevistados, 48% disseram ter presenciado casos de violência sexual e todos responderam que, comprovada a situação, estão indicadas medicações profiláticas para doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Do total, 14,8% dos profissionais não citaram nenhuma medicação, 18,5% responderam apenas uma, enquanto 22,2% listaram duas. Três e quatro medicamentos significaram 18,5% cada um, cinco medicações representaram 7,4%, e nenhum dos entrevistados listou as 6 medicações definidas para profilaxia de DSTs. Dos medicamentos que devem ser utilizados, 48,1% responderam penicilina benzatina, 44,5% azitromicina, 26% ceftriaxone ou ofloxacino ou ciprofloxacino, 29,6% metronidazol, 66,7% zidovudina ou lamivudina ou lopinavir ou ritonavir e 14,8% citaram imunoglobulina anti-hepatite B. Em relação aos passos na conduta e encaminhamento em casos de violência sexual, 7% citaram “fazer suspeita após atendimento e registrar em prontuário”; 21% apontaram “prestar atendimento emergencial - internamento” como um passo a ser feito; “interagir com a equipe multiprofissional e comunicar à família da suspeita e notificação” foi referido por 10,7%; “preencher formulário de notificação em três vias (prontuário, assistente social e diretoria) e realizar contato com órgão representativo no local” foi lembrado por 32%, já “colher material para provas forenses e realizar profilaxia” foi citado por 46,4% dos entrevistados. Nenhum dos participantes colocou os passos em ordem correta. CONCLUSÃO: A profilaxia para DSTs em casos de abuso sexual foi um consenso, mas os médicos não apresentaram domínio sobre a conduta e encaminhamento corretos, nem conhecimento completo sobre os medicamentos a serem utilizados.